



GT 50. Gênero, ciência e natureza

Coordenador(es):

Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Fabíola Rohden (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 1

Debatedor/a: Marcos Castro Carvalho (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Daniela Tonelli Manica (Unicamp)

Tradicionalmente, a oposição Natureza X Cultura pressupunha a ideia de uma seara própria da Natureza, em oposição às produções vindas da sociedade, aí incluídas a ciência e a tecnologia. A “volta” à natureza seria também o afastamento da tecnociência. Assiste-se atualmente a uma curiosa bricolagem, que articula o alto valor atribuído à Natureza com a atribuição de um valor igualmente elevado ao discurso científico e à biotecnologia. No escopo desse embricamento, a concepção de um corpo natural não se opõe à possibilidade de treinamento e/ou transformação biotecnológica. Ao contrário, o discurso acerca de um corpo natural (pré-social, biologicamente pré-dado) se acopla ao discurso das evidências científicas, a Natureza sendo vista como passível de aprimoramento. A proposta do GT é acolher discussões que englobem novas configurações ideológicas e novas construções corporais que tratem da articulação entre gênero, ciência e natureza, colocando como possibilidades: tecnologias e adestramento em experiências de gestação e parto; hormônios como agentes na construção do gênero; transformações corporais via recursos cirúrgicos e farmacológicos; reconfigurações da natureza no campo das biotecnologias.

Da recusa aos hormônios contraceptivos à busca por aprimoramento: gênero, natureza e biomecalização

Autoria: Bruna Klöppel (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Desde os anos 2000 tornou-se comum no Brasil o uso de anticoncepcionais hormonais para fins de aprimoramento estético, do aumento do ?bem-estar? e da ?qualidade de vida?, sendo assim promovido em diferentes mídias e nos consultórios médicos. Contudo, identifica-se na literatura que desde pelo menos 2014, há um movimento crescente de mulheres jovens que recusam os hormônios contraceptivos, especialmente a pílula oral combinada, o que é justificado por diferentes efeitos colaterais, pela busca por autoconhecimento e/ou por uma desintoxicação corporal. Partindo da constatação de que tais recusas não significam a ausência de atribuição de importância aos hormônios - pelo contrário, há uma alta valorização deles - esse artigo descreve e analisa como tais recusas se articulam ao consumo de outros produtos e práticas que visam interferir na produção ou regulação de hormônios. Nesse sentido, contrastamos duas configurações. Uma primeira associa a recusa aos hormônios anticoncepcionais à crítica ao excesso de prescrição desses medicamentos por parte dos médicos, que são acusados de serem imprudentes e influenciados pela indústria farmacêutica. Por outro lado, há o enaltecimento dos hormônios e ciclos menstruais ditos ?naturais?, que podem e devem ser aprimorados a partir do uso de remédios naturais e mudanças na rotina alimentar, de exercícios físicos e nos cuidados psicológicos. Tais práticas são vinculadas também a uma melhora no ?bem-estar? - às vezes referido como ?bem-estar hormonal? - e na ?qualidade de vida?. A segunda articulação associa a recusa, principalmente da pílula oral combinada, à melhora da libido, à



perda de peso e ao ganho de massa muscular, não rejeitando recursos biomédicos hormonais - como o consumo de hormônios via implantes, gel ou injeções - na busca pela melhora do bem-estar. Com uma abordagem etnográfica, realizei observação de publicações do Youtube, Instagram e Facebook e entrevistas semiestruturadas, buscando identificar como os diferentes enquadramentos dados a essa recusa estão associados a reconfigurações de corpos e subjetividades marcados por gênero, classe social, raça, idade e nacionalidade. Conclui-se disso que, ao contrário do que poderia parecer, tais recusas não estão apartadas da lógica do aprimoramento e da biomedicalização, mas dialogam de forma intensa com ela.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: